

Senadores ouvem o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes

Manutenção de conta no exterior, supostas atividades paralelas na Macrométrica e socorro aos bancos Marka e FonteCindam são alguns dos temas do depoimento, marcado para as 16h30 de hoje na CPI do Sistema Financeiro



Francisco Lopes (foto à esquerda) comparece à comissão que investiga irregularidades no sistema financeiro uma semana depois de ter pedido aos senadores para adiar seu depoimento

O ex-presidente do Banco Central (BC) Francisco Lopes será ouvido hoje, a partir das 16h30, pela CPI do Sistema Financeiro. Ele deve falar sobre as operações de socorro aos bancos Marka e FonteCindam, os depósitos que manteria no exterior e as suas relações com a empresa Macrométrica durante o tempo em que foi diretor do Banco Central.

O relator da CPI, senador João Alberto, informou que não há referência à existência de conta no exterior na declaração de rendimentos do ex-presidente do BC à qual a comissão teve acesso.

PÁGINA 3

Vai a votação fim dos juízes classistas

O plenário do Senado vota em primeiro turno, na próxima quarta-feira, a emenda constitucional que acaba com o juiz classista da Justiça do Trabalho. De acordo com o substitutivo do relator, senador Jefferson Péres, os atuais juízes classistas poderão exercer o cargo até o final do mandato.

PÁGINA 4



Se a emenda for aprovada quarta-feira, passará por uma segunda votação, antes de ser enviada à Câmara dos Deputados

CPI DO JUDICIÁRIO Obras do TRT-SP foram irregulares, diz Souto

“Irregularidades e ilegalidades” marcaram o processo de licitação e construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, constatou o senador Paulo Souto, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Poder Judiciário. Ele acredita que, com o apoio do Ministério Público, será possível provar tais fatos irregulares. Ainda inacabadas, as obras já consumiram cerca de R\$ 230 milhões. O juiz Nicolau dos Santos Neto, que presidia o TRT-SP na época em que o prédio foi licitado, foi convocado para depor na CPI na quinta-feira. Hoje, a partir das 10 horas, a comissão ouvirá Marco Aurélio Gil de Oliveira, ex-genro de Nicolau, que o acusa de enriquecimento ilícito. Outros quatro depoimentos estão previstos para esta semana.

PÁGINA 5



O relator Paulo Souto conta com o apoio do Ministério Público para provar as irregularidades ocorridas no TRT-SP

Comissão fará audiências sobre privatizações e apagão de março

Sob a presidência da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura delibera na próxima quarta-feira, às 18h, sobre cinco requerimentos, entre eles um que prevê audiência pública para discutir o processo de cisão e privatização de Furnas Centrais Elétricas. A comissão vai deliberar também sobre a requisição de informações a respeito do blecaute ocorrido em março passado.



Requião quer ouvir gravações do dia do blecaute

Apresentados pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), dois requerimentos tratam do assunto. O objetivo do primeiro é que sejam remetidas à comissão as fitas contendo as gravações das conversas entre os controladores dos

principais centros de operações de sistemas no momento do blecaute ocorrido no dia 11 de março, assim como as transcrições desses diálogos.

Outro requerimento é para que sejam convidados a depor na comissão os operadores dos principais centros de operações de sistemas que estavam de serviço na hora em que ocorreu o apagão. O senador Roberto Requião deseja ainda que sejam requisitados os arquivos de dados que registraram a ocorrência e que são gravados nos principais centros de operações do país.

Da senadora Emilia Fernandes, serão votados requerimentos de audiência pública para debater a cisão e privatização de Furnas, assim como audiência pública do presidente da Elettronorte, José Antonio Muniz Lopes, e do representante da Federação Nacional dos Urbanitários, Mauro Martinelli. O objetivo da convocação desses dois últimos é debater a cisão e privatização de Tucuruí e demais sistemas de geração de energia da Elettronorte.

Outro requerimento, do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), visa à convocação do secretário-executivo do Ministério do Orçamento, a fim de que preste informações sobre os eixos nacionais de integração e desenvolvimento.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 1999

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (27.4.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 20/98, que altera a Lei nº 7.674/88, que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas) a doar à Academia Nacional de Medicina imóveis destinados à instalação de centros de estudo e pesquisa; *Requerimento nº 144/99, do senador Sérgio Machado, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 179/99, de sua autoria, que altera a redação dos artigos 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e revoga o art. 57 da mesma lei, a fim de vedar o acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de rádio e televisão dos partidos que não tenham caráter nacional; *Requerimento nº 149/99, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta dos PLCs nºs 63 e 99, de 1996, e 27/98, por versarem sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar; e *Requerimento nº 158/99, da senadora Marina Silva, solicitando que sobre o PLS nº 15/99, de autoria do senador Luiz Estevão, que altera os arts. 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), e o art. 75 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Quarta-feira (28.4.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PEC nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho (juizes classistas); primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 26/99, que altera dispositivos da Constituição federal relativos à Justiça do Trabalho (juizes classistas); *Requerimento nº 153/99, do senador José Eduardo Dutra, solicitando que sobre o PLS nº 177/99, de autoria do senador Luiz Estevão, que altera a Lei nº 9.717/98, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos militares dos estados e do Distrito Federal, e regulamenta o parágrafo 2º do art. 201 da Constituição, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; *Requerimento nº 142/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 177 e 199, de 1999, por versarem sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos estados, do DF e dos municípios, dos militares dos estados e do Distrito Federal; e *Requerimento nº 157/99, do senador José Roberto Arruda, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 11 e 28, de 1999, por versarem sobre a instituição do Fundo Constitucional de Financiamento do DF.

Quinta-feira (29.4.99)

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: Será dedicada a comemorar o Dia do Trabalho.
Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 19/97, que altera os arts. 34, inciso VII, alínea "e", 35, inciso III, 167, inciso IV, e 198 da Constituição federal, que dispõem sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde (SUS); segundo dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 26/99, que altera dispositivos da Constituição federal relativos à Justiça do Trabalho (juizes classistas); *Requerimento nº 161/99, do senador Paulo Hartung, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 14 e 75, de 1999, por versarem sobre o prazo de renegociação das dívidas dos estados e do DF junto à União; e *Requerimento nº 162/99, do senador Artur da Távola, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 40/99, de sua autoria, que autoriza o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) a doar à Sociedade Civil de Amparo ao Menor "A Minha Casa" o imóvel que especifica.

Sexta-feira (30.4.99)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Segunda-feira (26.4.99)

▶ 10h - CPI do Judiciário. Pauta: Exposição do subprocurador-geral da República, Eitel Santiago de Brito Pereira; e depoimento de Marco Aurélio Gil de Oliveira Moura. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

▶ 16h30 - CPI do Sistema Financeiro. Pauta: Depoimento do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

Terça-feira (27.4.99)

▶ 10h - CPI do Judiciário. Pauta: Depoimento do atual presidente do TRT/PB, Ruy Eloy; e do desembargador, ex-presidente do TRT/PB, Vicente Vanderlei. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Ofício "S" nº 5/99, que encaminha ao Senado parecer do Banco Central acerca da operação de crédito entre a União e o Amazonas, cujos recursos serão destinados ao saneamento do Banco do Estado do Amazonas S/A e integralização de capital da agência de fomento; *PLC nº 6/99, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do artigo 169 da Constituição; *PLS nº 13/99, que altera a Lei Complementar nº 82/95, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre cômputo dos receitas e despesas correntes do Distrito Federal; *Mensagem nº 83/99, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de US\$ 500 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banque Paribas, destinada a financiar

a importação de bens e serviços necessários ao Programa de Reaparelhamento da Marinha; *PLS nº 255/97, que fixa prazo para restituição do imposto sobre a renda e proventos descontados na fonte; *PLS nº 258/95, que cria área de livre comércio em Brasília, Distrito Federal; *PLS nº 103/99, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; *PLC nº 9/95, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes à remuneração de períodos incompletos de férias; *PLS nº 136/99, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; *PLS nº 215/97, que acrescenta parágrafo ao art. 463 da CLT, assegurando ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário; e *PLS nº 127/99, que dispõe sobre a comunicação direta dos atos e fatos apurados no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

▶ 16h30 - CPI do Sistema Financeiro. Pauta: Depoimento do ex-diretor de Fiscalização do Banco Central, Cláudio Mauch. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

Após a Ordem do Dia - Comissão de Educação

Pauta: *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 49/99, que autoriza o Poder Executivo a criar uma escola agrotécnica federal no município de Mucajá (RR); *PLS nº 53/99, que autoriza o Poder Executivo a criar uma escola agrotécnica federal no município de Anauá (RR); *PLC nº 55/96, que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus; *PLC nº 12/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; *PLC nº 59/98, que inscreve o nome de d. Pedro no Livro dos Heróis da Pátria; e os *Projetos de Decreto Legislativo nºs 125, 109, 117, 13, 97, 45, 138, 106, 98 e 39, que tratam de renovação de emissoras de rádio e TV. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

Quarta-feira (28.4.99)

▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais

Audiência pública com o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, e com o procurador federal dos Direitos do Cidadão, Wagner Gonçalves. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

▶ 10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 10/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o STF; *PLS nº 81/99, que dispõe sobre anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1998; *PDL nº 01/97, que susta os efeitos da aprovação do presidente da República à nota Conjuz/Minfra nº 0024/92, através da Exposição de Motivos nº 0019/92, do ministro de Estado da Infra-Estrutura, publicada em 24/3/92, de autoria da comissão especial criada por intermédio do Requerimento nº 585/96, destinada a apurar a situação dos garimpeiros em Serra Pelada; *PLC nº 96/96, que dispõe sobre o julgamento das contas dos responsáveis por bens, dinheiro e valores públicos; *PLC nº 02/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade de participação em curso de prevenção ao uso de drogas e álcool aos motoristas que, alcoolizados ou sob efeito de outra substância química, provoquem acidente de trânsito; *PLC nº 43/97, que dispõe sobre o apreensão de semoventes nas rodovias e respectivas faixas de domínio; *PLS nº 178/99, altera a Lei nº 4.737, de 15/7/65, que institui o Código Eleitoral, e a Lei nº 9.504, de 20/9/97, que estabelece normas para as eleições, a fim de proibir coligações nas eleições proporcionais; *PLS nº 180/99, que altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.509/97, revoga o art. 57 da Lei nº 9.096/95, a fim de vedar o acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de rádio e televisão aos partidos que não tenham caráter nacional; *PLC nº 10/99, que dá nova redação ao § 5º do art. 14 da Constituição federal, suprimindo a reeleição para prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos; e *PLC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935, de 18/11/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

▶ 18h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: *Requerimento nº 5, do senador Mauro Miranda, solicitando, nos termos do art. 50 da Constituição federal, combinado com o parágrafo 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o secretário-executivo do Ministério do Orçamento e Gestão, para que compareça perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a fim de prestar informações e esclarecimentos acerca do relatório sobre os eixos nacionais de integração e desenvolvimento, em fase de elaboração pelo referido ministério; *Requerimento nº 6, do senador Roberto Requião, solicitando, nos termos do artigo 90, incisos IX e XIII e parágrafo único, que sejam remetidas a esta comissão as fitas contendo as gravações das conversas entre os operadores dos principais centros de operações de sistema na hora do blecaute, ocorrido no dia 11 de março de 1999, e, se possível, as devidas transcrições; *Requerimento nº 7, do senador Roberto Requião, solicitando, nos termos do artigo 58, parágrafo 2º, V, da Constituição federal, combinado com o artigo 90, V, X, XIII, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados a depor nesta comissão os operadores dos principais centros de operação de sistemas que estavam de serviço na hora em que ocorreu o blecaute do dia 11.3.99; *Requerimento nº 8, da senadora Emilia Fernandes, solicitando sejam convocados para audiência pública o presidente da Elettronorte, José Antônio Muniz Lopes, e o representante da Federação Nacional dos Urbanitários, Mauro Martinelli, para expor e debater sobre a cisão e a privatização de Tucuruí e demais sistemas de geração de energia da Elettronorte. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

▶ 18h30 - Reunião conjunta das comissões de Serviços de Infra-Estrutura e Fiscalização e Controle (audiência pública).

Pauta: Esclarecimentos sobre o processo de cisão da Chesf e Elettronorte, e também informações acerca da política governamental na área de energia, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Convidados: Firmino Ferreira Sampaio Neto, presidente da Eletrobrás; Mozart de Siqueira Campos Araújo, presidente da Chesf; e Paulo Rangel de Lima, diretor da Federação Nacional dos Urbanitários. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

ESPECIAL

Quarta-feira (28.4.99)

▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Mera Coincidência*, de Barry Levinson. *Auditório Patrônio Portella*

▶ 18h - Lançamento do livro *Humberto Lucena, o Verbo e a Liderança*, com apoio da Biblioteca e da Primeira Secretaria do Senado. *Biblioteca do Senado Federal*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Depoimento de Lopes na CPI do Sistema Financeiro começa às 16h30

Senadores esperam que ex-presidente do Banco Central explique a venda de dólares aos bancos Marka e FonteCindam, a preços inferiores aos de mercado, na mudança da política cambial

A CPI do Sistema Financeiro reúne-se hoje, às 16h30, para ouvir Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central em janeiro último, quando o governo mudou sua política cambial. Os senadores esperam de Lopes explicações, entre outras coisas, sobre a venda de dólares, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam, um dos motivos da criação da CPI.

Francisco Lopes deveria ter comparecido à CPI segunda-feira anterior (dia 19), mas pediu adiamento depois que a Justiça autorizou a Polícia Federal e o Ministério Público a recolherem documentos em seu apartamento. Ele argumentou que precisava ficar no Rio de Janeiro para se defender "das agressões".

Os senadores querem também que Francisco Lopes explique a declaração apreendida em seu apartamento, na qual Luís Augusto Bragança, ex-sócio de Lopes na empresa de consultoria Macrométrica, afirma que o ex-presidente do Banco Central é dono de US\$ 1,67 milhão depositados em conta no exterior. O conteúdo da declaração foi considerado pelo relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), como "comprometedor".

Os senadores integrantes da CPI passaram o fim de semana analisando cópias dos documentos apreendidos na residência de Francisco Lopes, nos quais também existem indícios de que ele teria continuado a manter ligações com a Macrométrica depois de haver assumido uma diretoria do Banco Central. Os documentos foram entregues pela Justiça federal ao relator, senador João Alberto, e ao senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), integrante da CPI, que foram ao Rio de Janeiro durante a semana com essa finalidade.

Na sexta-feira, o presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), reuniu-se a portas fechadas com integrantes da comissão de inquérito para discutir como os senadores poderiam ter acesso aos documentos. Ficou acertado que não poderão ser tiradas fotocópias do material. Bello Parga afirmou à imprensa que o material disponível já é suficiente "para uma boa inquirição" de Francisco Lopes.



A CPI do Sistema Financeiro deve inquirir Francisco Lopes, também, sobre a continuidade de suas relações com a consultoria Macrométrica e o suposto depósito de US\$ 1,67 milhões na conta de seu ex-sócio, no exterior

Relator diz que conta no exterior não entra na declaração de renda do ex-presidente

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, senador João Alberto, informou que a declaração de renda do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, encontrada em seu apartamento no Rio de Janeiro, não faz referência a qualquer conta no exterior. João Alberto informou na segunda-feira anterior (dia 19), após a reunião da CPI com os procuradores da República responsáveis pelas investigações no Rio, que foram encontrados documentos com indícios de que o ex-presidente



João Alberto antecipa que fará de seis a oito perguntas a Francisco Lopes, durante o depoimento marcado para hoje

do BC mantém dinheiro em conta bancária no exterior, por intermédio de seu ex-sócio (veja matéria nesta página).

– Eu folheei essa declaração e

não constava nada a respeito dos depósitos – comentou o senador.

Para João Alberto, os rendimentos declarados por Lopes são "compatíveis com os salários de um di-

retor do Banco Central". O senador acrescentou que deverá fazer de seis a oito perguntas a Francisco Lopes, durante o depoimento marcado para hoje, às 16h30. O relator da CPI adiantou a forma de acesso dos senadores aos documentos apreendidos nas sedes dos bancos Marka e FonteCindam e na residência de Lopes, e cujas cópias autenticadas chegaram ao Senado na sexta-feira. De acordo com João Alberto, os documentos estarão à disposição dos senadores membros da CPI, na secretaria da comissão, mas não poderão ser feitas cópias. Os demais senadores consultarão o material, acompanhados pelo próprio relator. "Fizemos isso para impedir o vazamento de informações, já que os documentos estavam sujeitos a segredo de justiça", justificou João Alberto.

Suplicy quer esclarecer relação do BC com Macrométrica

As relações entre o Banco Central e a empresa de consultoria Macrométrica precisam ser explicadas pelo governo, alertou na sexta-feira o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A Macrométrica, que teve como sócio o ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, prestava assessoria econômica ao BC. Para Suplicy, Francisco Lopes e toda a diretoria do Banco Central terão que responder por que contrataram a empresa de um de seus principais diretores.

– Chico Lopes tem muitos fatos a explicar, sobretudo sua relação com os bancos Marka e FonteCindam, a natureza de suas reuniões com os controladores desses bancos no BC e por que razão a Macrométrica continuava sob o seu comando, mesmo depois de ele ter sido nomeado diretor do Banco Central – enumerou o senador paulista.

Suplicy informou que vai pedir a convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para explicar "os lucros exorbitantes de alguns bancos e fundos de investimentos", obtidos com a desvalorização cambial. O senador quer conhecer também detalhes do Proer, o programa de reestruturação do sistema financeiro.

– Precisamos saber por que, mesmo com a enorme injeção de recursos feita com o Proer, o sistema financeiro continua tão fragilizado. Além disso, qual a estimativa de seus custos e os seus efeitos concentradores de renda e riqueza? Nada disso foi respondido – disse o senador.

Qualquer estratégia do governo que tenha por objetivo incriminar Francisco Lopes, deixando outras pessoas longe das investigações, não obterá sucesso, opinou Suplicy. "Os membros da CPI têm a consciência de que devem apurar todos os fatos e todas as responsabilidades", garantiu.



Eduardo Suplicy

Plenário vota na quarta extinção de juiz classista

Emenda constitucional será discutida pelos senadores em primeiro turno. Relator Jefferson Péres incluiu no projeto verba de transição garantindo a conclusão do mandato aos atuais ocupantes de cargos

O plenário do Senado votará na quarta-feira, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que acaba com a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho. Se aprovada, ainda passará por uma segunda votação, antes de ser encaminhada à apreciação dos deputados.

A emenda, de autoria do ex-senador Gilberto Miranda, recebeu um substitutivo do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM). De acordo com a proposta, fica extinta a representação classista nos tribunais do Trabalho, superiores e regionais, e nas juntas de conciliação e julgamento de primeira instância.

O substitutivo de Jefferson Péres incluiu uma regra de transição pela qual os juizes classistas que se encontram em exercício deverão cumprir até o final seus mandatos, de três anos.

O plenário discutirá também, a partir de quarta, outra proposta que trata de juizes classistas. De autoria da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), a emenda altera os critérios de escolha dos juizes classistas. O relator também é o senador Jefferson Péres e ele recomendou voto contrário à proposta porque ela mantém os juizes classistas.

Os senadores começam a discutir na quinta-feira, em segundo turno, outra proposta de emenda constitucional, obrigando a União, os estados e os municípios a destinarem verbas para o Sistema Único de Saúde (SUS), que repassa dinheiro para hospitais estaduais, municipais e conveniados para atendimento público gratuito.

A proposta foi apresentada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e, durante a tramitação na CCJ, recebeu substitutivo do relator, então senador Esperidião Amin, o qual fez pequenas mudanças na proposta original. De acordo com a mudança constitucional, a União terá de destinar necessariamente 30% dos recursos do orçamento da seguridade social para o SUS.

Já os estados aplicarão 12% e os municípios no mínimo 10%, incluído até mesmo o dinheiro que recebem da União com transferência constitucional. A Constituição determina que o SUS deve ser mantido pelos três níveis de governo, mas não fixa qualquer percentual de receitas para isso.



Na quinta-feira, plenário começa a discutir proposta obrigando estados e municípios a destinarem verbas para o SUS

CAE volta a apreciar empréstimo para saneamento do Banco do Amazonas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) volta a discutir amanhã, a partir das 10 horas, pedido de empréstimo do governo do Amazonas à União, no valor de até R\$ 357 milhões, destinado ao saneamento do Banco do Estado do Amazonas S/A e integralização de capital da agência de fomento.

No último dia 13, foi concedida vista do projeto ao senador Jefferson Péres (PDT-AM), que não apresentou voto em separado. A operação de crédito faz parte do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária. O relator da matéria, senador Freitas Neto (PFL-PI), é favorável à solicitação.

Com parecer favorável do relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a CAE – que é presidida pelo senador Fernando Bezerra

(PMDB-RN) – também analisará pedido da União para contratação de empréstimo junto ao Banque Paribas (Paris/França), no valor de US\$ 500 milhões, destinado a financiar a importação de bens e serviços necessários ao Programa de Reparcelamento da Marinha.

A CAE apreciará ainda solicitação da prefeitura de Montes Claros (MG) – que tem parecer favorável do relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) – para contratar operação de crédito junto ao Fundo de Investimento do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios (Fundo Somma), administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), no valor de R\$ 6,6 milhões, a preços de 31 de outubro de 1998. A operação se destina a investimentos em infra-

estrutura urbana.

Projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) fixando o prazo de até 60 dias, contados a partir da entrega da respectiva declaração, para a restituição do imposto de renda descontado na fonte ou pago, antecipadamente, em montante superior ao devido também está na pauta da CAE. A matéria, tramitando em caráter terminativo, tem parecer favorável do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

No total, 22 itens constam na pauta da CAE, entre eles um projeto do senador Lauro Campos (PT-DF) estabelecendo a criação de uma área de livre comércio de importação e exportação no Distrito Federal. A matéria, que será apreciada em caráter terminativo, recebeu parecer favorável do relator, senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Audiência pública na CAS debaterá álcool e fumo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), realiza na próxima quarta-feira, às 9 horas, uma audiência pública com o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, e com o subprocurador-geral da República e procurador federal dos Direitos do Cidadão, Wagner Gonçalves. Eles vão debater com os senadores os problemas causados pelo consumo de bebidas alcoólicas e fumo, e a influência da propaganda sobre os hábitos da população.

A audiência pública foi requerida, e aprovada pela CAS, no dia 14 de abril pela senadora Heloisa Helena (PT-AL), com o objetivo de instruir três projetos que estão tramitando em conjunto na comissão sobre propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas. Como relatora da matéria, Heloisa apresen-

tou substitutivo ao projeto de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e posicionou-se pela prejudicialidade das propostas das senadoras Emilia Fernandes (PDT-RS) e Marina Silva (PT-AC).

O projeto de Suplicy estabelece que cada real gasto em publicidade de fumo ou bebida alcoólica corresponderá ao mesmo valor aplicado em campanhas que condenem o vício ou demonstrem as conseqüências do uso desses produtos para a saúde dos consumidores. Já a proposta de Emilia obriga toda propaganda de cerveja ou vinho a conter advertência escrita ou falada sobre os males que o álcool provoca à saúde. Marina, em seu projeto, propõe a proibição da propaganda de cigarros no rádio, TV, cinema, jornais, revistas, impressos, outdoors e cartazes.

Comissão de Educação discute ensino de espanhol

A Comissão de Educação (CE) apreciará amanhã a emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 55/96, de autoria da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos de 1º e 2º graus.

O relator da emenda é o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que deu parecer favorável à matéria.

Pelo projeto, o espanhol deveria ser oferecido apenas no segundo grau, mas a emenda de Emilia Fernandes determina que o ensino dessa língua seja gradativamente implantado nos currículos do ensino médio, a partir da quinta série do primeiro grau, num prazo de cinco anos e de acordo com as particularidades de cada região do país. A senadora acredita que a iniciativa terá reflexos positivos nas relações do Brasil com os países vizinhos do Mercosul.

Presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), a CE também apreciará projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nas escolas de 1º e 2º graus. A senadora Emilia Fernandes, relatora da matéria, apresentou parecer favorável.

A comissão examinará ainda dez renovações de concessão de serviço de radiodifusão, em benefício de diferentes empresas, sediadas nos estados de Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.



Emilia Fernandes

Maguito defende mais recursos contra a miséria



O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defende, em entrevista à TV Senado, sua proposta de emenda constitucional que obriga estados, municípios e o Distrito Federal a aplicar, anualmente, 5% de suas receitas em programas de combate à fome e à miséria. "A proposta facilitará uma melhor distribuição de renda no país, principalmente para a população mais sofrida", justifica o senador.

O programa vai ao ar hoje, às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30. Na entrevista, Maguito também fala sobre projeto de sua autoria que aumenta as penas para o crime de seqüestro. "O projeto aumenta a pena dos seqüestradores, principalmente quando as vítimas são crianças, idosos e deficientes físicos, que são pessoas totalmente indefesas", diz ele.

CPI do Judiciário ouve mais seis depoimentos

Comissão, que ouve hoje ex-genro do juiz Nicolau dos Santos Neto, vai concentrar seus trabalhos na apuração de denúncias contra os tribunais regionais do Trabalho de São Paulo e da Paraíba

Depois de realizar a sua primeira diligência para apurar denúncias a respeito da construção do fórum de primeira instância da Justiça do Trabalho em São Paulo, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura irregularidades cometidas por integrantes do Poder Judiciário ouve, nesta semana, mais seis depoimentos. A comissão vai centrar suas atenções nas denúncias que recaem sobre os tribunais regionais do Trabalho (TRT) de São Paulo e da Paraíba, onde há indícios de desvios de recursos e nepotismo.

Um dos depoimentos mais aguardados pelos integrantes da CPI é o do ex-presidente do TRT-SP, Nicolau dos Santos Neto, acusado de má condução da licitação e de superfaturamento das obras do prédio das juntas de conciliação e julgamento do tribunal, que já custou mais de R\$ 230 milhões aos cofres públicos.

De acordo com documentos que chegaram à CPI na última semana, Santos Neto seria proprietário de carros de luxo e de um apartamento em Miami, no valor de US\$ 800 mil. O ex-presidente do TRT paulista, que já teve seus bens bloqueados e os sigilos bancário, fiscal e telefônico quebrados pela CPI, depõe na quinta-fei-



Integrantes da CPI do Judiciário convocaram para amanhã o ex e o atual presidente do TRT da Paraíba, alvo de diversas denúncias

ra, às 10h.

As denúncias contra Nicolau Santos Neto devem ser reforçadas hoje, no depoimento do seu ex-genro Marco Aurélio Gil de Oliveira. Quando ouvido pelo Ministério Público, Oliveira disse que o ex-sogro tem bens que estariam registrados em nome de "laranjas" e de uma empresa com sede nas Bahamas.

O depoimento do técnico judiciário do TRT-PB, Antônio de Pádua Pereira Leite, na última segunda-feira, também terá desdobramentos nesta semana. O presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), agendou três depoimentos que aprofundam as investigações sobre as denúncias de irregularidades na aquisição de imóveis, apropriação indevida de

recursos públicos e compras sem licitação.

Hoje, a comissão ouve o subprocurador-geral da República Eithel Santiago Brito Pereira, encarregado de apurar as denúncias contra a administração do tribunal paraibano. Amanhã, o atual presidente, juiz Ruy Eloy, e o ex-presidente do TRT-PB, Vicente Vanderlei, citados por Pereira Leite, vêm a Brasília prestar esclarecimentos.

Por fim, na quinta-feira, os membros da comissão ouvem o deputado federal Giovanni Queiroz (PDT-PA), ex-integrante da Comissão Mista de Orçamento. O convite ao deputado foi feito pela posição crítica que Queiroz tem assumido com relação à aprovação de recursos orçamentários para obras "faraônicas" do Judiciário.

Bessa ressalta apoio popular à comissão

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) ressaltou na sexta-feira o alto grau de aprovação popular à CPI do Judiciário. "Pesquisa realizada na Grande São Paulo, pelo instituto Brasmart, mostrou que 88,8% dos 402 entrevistados se declararam favoráveis à CPI", disse. Ele também destacou o apoio aos trabalhos da comissão manifestado em documento oficial pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

De acordo com o senador, a cúpula da Igreja faz críticas à morosidade da Justiça e defende, além da CPI, a reforma do Judiciário. Bessa fez questão de registrar declaração de apoio à comissão feita pelo arcebispo de Belém, dom Vicente Joaquim Zico.

O parlamentar afirmou ainda que a dúvida sobre o comparecimento de juízes, se convocados, também foi extinta, uma vez que são eles próprios que estão pedindo para depor. "É o caso do juiz do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Nicolau dos Santos Neto, e do ex-presidente do TRT da Paraíba, Vicente Vanderlei. Acredito ter ficado

claro que a intenção da CPI não é arrancar reputações nem hostilizar ninguém, mas contribuir para corrigir erros e superar falhas, assegurando uma Justiça mais célere", enfatizou.



Bessa: os próprios juízes estão pedindo para depor

O senador também comentou os resultados de uma segunda pesquisa realizada junto a 252 advogados na qual 56% dos consultados disseram preferir que as denúncias contra o Poder Judiciário sejam investigadas pelo Senado, com divulgação pública, a que sejam apuradas pela própria Justiça, sem divulgação para a sociedade. "Entre os advogados, 30,5% preferem a investigação interna, mas, entre a população em geral, esse índice baixa para 6,7%."

Para Bessa, esses números evidenciam o acerto da implantação da CPI.

Relator está convicto de que irregularidades existem

Em visita com os senadores Ramez Tebet (presidente da CPI), Carlos Wilson (PSDB-PE) e Geraldo Althoff (PFL-SC) ao prédio inacabado do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, o relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), afirmou que só faltam agora as provas documentais das irregularidades cometidas pelos responsáveis por essa obra:

– O que aconteceu na licitação e na construção nós já sabemos e temos a nossa convicção de que aconteceu realmente uma coisa eivada de irregularidades e ilegalidades. O que falta agora é provar com documentos legais, autênticos, toda a evidência de improbidade, de enriquecimento ilícito, que não se pode afirmar nesse momento, a não ser que nós possamos obter, como pretendemos, documentos claros nesse sentido.

Paulo Souto declarou que, com o auxílio do Ministério Público, a CPI

do Judiciário terá melhores condições de obter as provas de superfaturamento e irregularidades na construção do prédio das juntas de conciliação e julgamento da capital paulista. O senador disse que a obra está longe de ser concluída, embora já tenham sido gastos R\$ 230 milhões. Eles foram informados de que a obra foi totalmente paga à construtora Incal, mas muitos materiais não foram entregues.

Dos 24 elevadores comprados, apenas quatro estão instalados e outros seis estão no estoque. Na opinião de Paulo Souto, isso confirma irregularidades na construção do prédio. "Evidentemente, ainda tem muito o que se gastar, ou seja, provavelmente esses recursos não foram bem aplicados e uma grande parte da obra ainda está por ser feita", sustentou o relator da CPI.

Na opinião de Geraldo Althoff, novas irregularidades deverão aparecer. "Estamos numa fase eminente-



Souto afirmou que só faltam agora as provas documentais das irregularidades

mente investigativa e é através da investigação que a CPI chegará à conclusão do caso", disse. Observando a obra, o senador Carlos Wilson se disse estupefocado com o desperdício de dinheiro público. "Eu não tenho nenhuma dúvida de que o dinheiro foi mal aplicado, que o dinheiro foi desviado, que a população, mais uma vez, pagou por uma coisa que não recebeu", afirmou ele.

Diante da informação de que o juiz alega ter um patrimônio originário de fortuna de família, Carlos Wilson observou que cabe ao magistrado provar isso.

CCJ aprecia anistia para multas da Justiça Eleitoral

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino Maia (PFL-RN), reúne-se na quarta-feira, a partir das 10h30, para apreciar uma pauta de 12 itens, entre eles projeto de lei de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que anistia as multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1998.

De acordo com o projeto, ficam anistiados os eleitores multados por deixarem de votar nas eleições do ano passado, bem como partidos políticos, candidatos não eleitos, veículos de comunicação e aqueles que fizeram propaganda ilegal e foram multados, "a qualquer título", por infrações praticadas entre 7 de abril e 25 de outubro de 1998. Os candidatos eleitos não se beneficiam dessa anis-

tia. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA).

Em sua justificativa, Camata explicou que a legislação eleitoral incorporou disposições que serviram para reforçar dificuldades, distorções e erros que se deseja evitar, como a reeleição de candidatos no exercício de cargos executivos.

A CCJ também apreciará proposta de emenda à Constituição do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que acaba com a reeleição para prefeitos e prevê a desincompatibilização para governadores e presidente da República. A PEC determina o prazo de seis meses para a desincompatibilização de governadores e do presidente da República candidatos à reeleição.

Gilvam propõe ampliação de serviços do SUS

Projeto de lei apresentado pelo senador obriga rede pública de saúde a custear operação plástica para reparar mutilação pós-cirúrgica e defeitos genéticos ou causados por acidentes de trabalho

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apresentou sexta-feira projeto de lei estabelecendo que o Sistema Único de Saúde (SUS) tem a obrigação de custear operações de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica ou de defeitos físicos, genéticos ou resultantes de acidentes de trabalho.

A iniciativa, esclareceu o parlamentar, vem complementar e ampliar o alcance de projeto de lei da Câmara que acaba de ser aprovado pelo Senado, garantindo à mulher o direito de realização de cirurgia plástica reparadora da mama, na rede de unidades hospitalares do SUS, nos casos de mutilação decorrente de mastectomia.

– Na ocasião – lembrou Gilvam – o nobre senador Artur da Távola e eu próprio tentamos, dado o caráter humanitário da iniciativa, expandir, através de emenda àquele projeto, o universo das pessoas contempladas por ações do SUS no âmbito da cirurgia plástica reconstrutora, que, como se sabe, por seus altos custos, exclui de seus benefícios, na prática, quase a totalidade da clientela da rede pública de saúde necessitada de tais serviços.

A proposta de Gilvam estabelece que cabe ao SUS, por meio de sua rede de unidades públicas ou conveniadas, prestar serviço de cirurgia plástica reconstrutiva nos casos de mutilação pós-cirúrgica ou de defeitos físicos, utilizando-



Segundo Gilvam, os altos custos da cirurgia plástica a tornam hoje proibitiva para quase toda a clientela do SUS

se de todos os meios e técnicas necessárias e disponíveis.

De acordo com o parlamentar, essa referência a técnicas “necessárias e disponíveis” busca situar claramente as intervenções cirúrgicas dentro do seu campo de viabilidade técnica, fixando a obrigatoriedade nos casos “susceptíveis de

abordagem cirúrgica segundo o conhecimento médico disponível”.

O projeto, concluiu o senador, vem “suprir uma lacuna no atendimento da rede pública e conveniada integrante do SUS, em atenção aos ditames constitucionais que elevaram a saúde à condição de atribuição essencial do Estado”.

Emilia pede pressa na oferta de cirurgia plástica de mama

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) pediu, em plenário, que o governo federal sancione e regule “o quanto antes” a lei que determina a realização de cirurgia plástica reparadora da mama pelas unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto, aprovado no último dia 19 pelo Senado, dá ao governo um prazo de 180 dias para regulamentar a lei.

Para a senadora, a aplicação urgente da lei é fundamental, visto que o Instituto Nacional do Câncer estima que, em 1999, o Brasil terá 31,2 mil novos casos de câncer de mama e 7,2 mil mortes. Ela disse que o câncer de mama é o mais freqüente e o que mais mata mulheres entre 20 a 49 anos no Rio Grande do Sul.

– A mulher é a pedra fundamental da família. A sua saúde é um requisito que condiciona a saúde de toda a família e, por extensão, das comunidades e da sociedade. A saúde da mulher é o caminho e a destinação mais segura de recursos para a saúde de todos – afirmou a senadora.

Emilia criticou a insensibilidade dos governantes com a saúde da mulher. Para ela, os programas voltados para a assistência à população feminina são marcados pela descontinuidade e pela falta de recursos.

Em aparte, a senadora Heloisa Helena (PT-AL) afirmou que o debate suscitado por Emilia é dos mais importantes, pois trata da “saúde de mais da metade da população, que também é responsável direta pela



Emilia cobra regulamentação do projeto que obriga o SUS a realizar cirurgia de mama

outra metade”.

– A saúde da mulher deve ser tratada de maneira diferenciada pela própria estrutura anatomo-fisiológica do aparelho reprodutor feminino. O projeto aprovado possibilita o resgate da dignidade da mulher – argumentou Heloisa Helena, que cobrou do governo maior atenção a programas destinados à prevenção do câncer. Ela acha inadmissível que o Brasil apresente números tão elevados de casos da doença, já que, por meio de iniciativas baratas, o câncer poderia ser prevenido.

Durante o seu discurso, Emilia Fernandes parabenizou a deputada Maria Elvira (PMDB-MG), autora do projeto de lei, e agradeceu aos senadores Artur da Távola (PSDB-RJ) e Gilvam Borges (PMDB-AP), que retiraram emendas que poderiam atrasar a entrada em vigor da lei.

Francelino quer ver as “mãos da Justiça” sobre os agiotas

“É preciso dar um basta na agiotagem”, afirmou sexta-feira o senador Francelino Pereira (PFL-MG), que fez um apelo ao governo para a realização, em caráter permanente, de uma ampla campanha de esclarecimento público, sobretudo pela televisão, alertando para as armadilhas dos agiotas. Como parte desse combate ao empréstimo ilegal de dinheiro, com cobrança de juros acima da tabela, o senador propôs a instalação do disque-denúncia, especialmente no âmbito dos Procons.

Tal campanha, sugere, deve desenvolver-se principalmente nos horários nobres, como os dos telejornais e das telenovelas. Sob a responsabilidade do Ministério da Justiça, a campanha deve estimular as pessoas a fugir dos agiotas, garantindo-se proteção e segurança a todos os denunciantes por meio da legislação que protege as testemunhas de crimes.

Ao mesmo tempo, de acordo com o senador, as autoridades econômicas deveriam aproveitar a reedição da Medida Provisória nº 1.820, que ocorrerá no dia 5 de maio, para ampliar o seu raio de ação, “buscando formas mais eficazes de pôr a mão nos agiotas”. Ele entende que a MP, apesar de criar condições para evitar a agiotagem, tem uma abrangência ainda insuficiente para alcançar todo o universo dessa prática ilegal.

Mesmo assim, Francelino destaca a importância da MP, inclusive porque ela inverte o ônus da prova, ou



Em apelo ao governo, Francelino diz que “é preciso dar um basta na agiotagem”

seja, estabelece que caberá ao agiota provar a legalidade da operação sempre que a vítima recorrer à Justiça contra os abusos cometidos.

O senador por Minas Gerais observou, no entanto, que os agiotas, “a cada dia mais espertos”, reconhecendo a ilegalidade da operação e os riscos de ser enquadrados na legislação que disciplina as atividades do mercado financeiro, “operam sem deixar rastros”.

Francelino Pereira lembrou que as vítimas mais freqüentes da agiotagem são, de modo geral, os funcionários públicos, “que estão sem reajuste salarial há quatro anos e carregam uma perda real de salários de quase 40%”.

Ele observou, no entanto, que “essa praga não escolhe suas vítimas”, dizendo que “é preciso combatê-la, apedrejá-la, jogá-la na vala dos crimes mais sórdidos cometidos pelos que não têm alma”.

Ademir faz homenagem ao Dia dos Contabilistas

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) solicitou o registro nos Anais do Senado de sua homenagem ao Dia dos Contabilistas, comemorado em 25 de abril. Ademir ressaltou que o “contabilista, no cotidiano de seu exercício profissional, empresta colaboração de fundamental importância para a higidez econômico-financeira das instituições públicas e privadas, dando assim larga contribuição ao processo de desenvolvimento da nação”.

Para o senador, os contabilistas podem ser encarados como autênticos guardiões de riquezas, já que a contabilidade é a arte não apenas de planejar os sistemas de contas e lançamentos, mas também de interpretar registros. “A importância do profissional em contabilidade no mundo dos negócios é reconhecida pelo próprio sistema legal, que determina a obrigatoriedade da contratação dos seus serviços por todas as empresas”, disse Ademir.

Em sua homenagem, o senador lembrou o patrono da profissão, o monge italiano Luca Pacioli, que fez editar, em 1494, um manual de sua autoria sobre créditos e débitos, sistematizando o conhecimento da escrituração segundo o método das chamadas partidas dobradas. Informou também que foi o “saudosos senador João Lyra” que propôs a consagração do dia 25 de abril como o Dia dos Contabilistas.



A contabilidade, sintetiza Ademir, é “a arte de planejar contas e interpretar registros”

Távola discute literatura e política na Bienal

Senador participa de debate na feira de livros do Rio e se apresenta como “escritor por vocação, jornalista por profissão e político por dever”. Estande do Senado atrai interesse do público

Apresentando-se como “escritor por vocação, jornalista por profissão e político por dever”, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) participou sexta-feira à noite de um debate entre “políticos escritores” na IX Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro. A seu lado estavam dois ex-ministros, Reinhold Stephanes e Ronaldo Costa Couto, o pro-

fessor Marcos Otávio Bezerra e a secretária municipal de Cultura do Rio, Helena Severo, que atuou como mediadora na discussão do tema “A vocação política e o gosto pela literatura”.

Artur da Távola disse ter se interessado pelo assunto antes mesmo de ser convidado para o debate, pois – explicou – seu “tormento diário” é justamente a relação entre literatura e política. “Não escrevo sobre política, faço política”, acentuou; “não há vínculo entre meu fazer político e o ato de escrever. Isso é um conflito mal resolvido e talvez um grande erro”.

POUCOS PRAZERES

O senador afirmou que a política lhe traz “muito poucos prazeres”, e comentou que isso ocorre, por exemplo, quando é aprovada uma legislação de importante repercussão social. Em geral, explicou Artur da Távola, nesses

casos a contribuição de cada parlamentar não chega a ser destacada publicamente, mas, ainda assim, o resultado lhe proporciona uma “felicidade silenciosa”.

Para o senador do PSDB fluminense, a política hoje se desenvolve cada vez mais em torno “da luta pelo poder, da

notícia como espetáculo e dos temas econômicos”, enquanto a literatura “oferece a página em branco, à disposição da grande liberdade do autor”. No entanto, embora atue nas duas áreas, ele não recomenda que outros o façam:

– As portas se fecham ao político que faz literatura. O escritor que é político recebe na literatura a carga de preconceito de sua ati-

vidade política – garantiu o senador, concluindo: “A deusa da política e a deusa da literatura não se dão. Podemos tentar conciliá-las, mas elas nos esmagam, pois ambas querem nosso corpo, nosso tempo e nossa alma.”

RECORDE

O debate entre “políticos escritores” foi uma das atividades programadas para caracterizar a nona edição da Bienal do Rio como um evento fundamentalmente cultural. E o resultado tem superado as expectativas, pois o público nos dois pavilhões do Riocentro utilizados para a mostra já é considerado recorde.

Entre centenas de estandes de editoras, órgãos públicos e outras entidades está o do Senado Federal, coordenado por Franklin Maciel Torres, oferecendo publicações de caráter histórico, político e jurídico e despertando grande interesse.



“Não há vínculo entre meu fazer político e o ato de escrever. Isso é um conflito mal resolvido e talvez um grande erro”

Senador Artur da Távola



Luiz Otávio quer Passarinho na presidência do PPB

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) afirmou na sexta-feira, em plenário, que é preocupante a situação do PPB e sugeriu que o ex-senador Jarbas Passarinho (PA) assumira a presidência do partido para dar novo rumo à agremiação, hoje presidida pelo ex-governador Paulo Maluf.

– O PPB tem uma bancada representativa no Congresso, mas

tem tido sérios problemas na política nacional – observou Luiz Otávio.

De acordo com o senador, o partido precisa fazer uma reflexão para que seja liderado por alguém que tenha uma conduta “incontestável”. Ele apontou os problemas vividos pelo prefeito de São Paulo, Celso Pitta, e por Paulo Maluf como complicadores para o PPB.

Universidade Virtual é tema do Cidadania, da TV Senado

A Universidade Virtual do Centro-Oeste, criada no ano passado com a assinatura de um convênio que deu origem ao primeiro consórcio formado por universidades latino-americanas, é o tema do programa *Cidadania*, da TV Senado, que irá ao ar hoje às 13h30 e 21h15. Os



José Jorge participa hoje do programa *Cidadania*

alunos em sete universidades. Para ela, a formação de consórcios é uma tendência universal, como acontece no estado da Califórnia, nos Estados Unidos, onde são oferecidos 1.500 cursos simultâneos pelos consórcios do sul e do norte da Califórnia.

Para o senador entrevistados do programa são a professora Dóris Santos de Farias, decana de extensão na UnB, e o senador José Jorge (PFL-PE).

O consórcio, segundo a professora Dóris Santos, reúne 70 mil

Eduardo Jorge, não é possível dissociar a melhoria do sistema básico de educação do desenvolvimento de tecnologia de ponta em alguns segmentos educacionais.

Exposição em galeria no Senado retrata as cavernas brasileiras

A Senado Galeria estará apresentando, a partir de hoje, exposição fotográfica sobre cavernas brasileiras. O trabalho, de autoria do geógrafo Julio Caesar Ramos, tem como objetivo mostrar o movimento e o dinamismo das diversas formas minerais encontradas no interior das cavernas.

A exposição, que fica aberta até o dia 7 de maio, é promovida pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal. A Senado Galeria fica aberta de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 19h, e aos sábados e domingos, das 10h às 14h.



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – *Senado em Pauta*
7h – *Saúde Todo Dia* – Ginástica restauradora
7h30 – *Especial Unip* – Pílula pos-coital
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Saúde Todo Dia* – Ginástica especializada
8h30 – *Jornal do Senado*
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *Especial sobre o Descobrimento do Brasil*
9h30 – *Entrevista com o senador Maguito Vilela sobre projeto que prevê a aplicação de 5% das receitas estaduais para a erradicação da fome*
9h55 – *Senado em Pauta*
10h – *CPI do Judiciário*
13h30 – *Cidadania* – Universidade Virtual
14h30 – Sessão Plenária
Logo após – *CPI do Sistema Financeiro*
20h30 – *Entrevista com o senador Maguito Vilela sobre projeto que prevê a aplicação de 5% das receitas estaduais para a erradicação da fome*
21h – *Jornal do Senado*

21h15 – *Cidadania* – Universidade Virtual
22h – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h – CPI do Judiciário (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – “A Voz do Brasil”
Em seguida – Música e informação
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”
Em seguida – Música e informação
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida – Música e informação
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação

Cultura ao Meio-Dia mostra *Mera Coincidência*

O filme *Mera Coincidência* é a atração da próxima quarta-feira no projeto Cultura ao Meio-Dia. Produção americana de 1997, o filme é uma comédia sarcástica sobre um escândalo sexual que ameaça o presidente dos Estados Unidos. Em uma tentativa de desviar a atenção do país do assunto, o conselheiro da Casa Branca e um produtor de Hollywood criam uma guerra de fantasia.

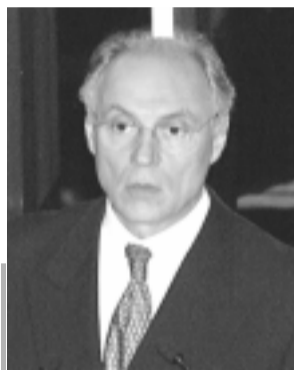
O projeto Cultura ao Meio-Dia promove sessões de cinema todas as quartas-feiras, às 12 horas, no Auditório Petrônio Portella, com entrada franca.

Suplicy acha tímido programa oficial de renda mínima

Senador afirma que, com R\$ 15,32 milhões destinados a convênios, governo “dá um tiro de espoleta, e não um tiro de canhão, na miséria”

A um custo total de R\$ 15,32 milhões, o governo federal iniciou na sexta-feira um convênio com 106 municípios de todo o país, para instituir um programa de renda mínima. O principal defensor da idéia de renda mínima, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), lamentou que o governo esteja dando “um tiro de espoleta, e não um tiro de canhão, na miséria”.

Da tribuna do plenário, o senador anunciou que compareceria à solenidade de assinatura do convênio, na manhã de sexta-feira, no Palácio do Planalto. Mas afirmou que estaria presente apenas para lembrar ao ministro da Educação,



Suplicy teme que governo gaste mais com propaganda do que com a assistência à população carente

Paulo Renato Sousa, que este primeiro passo “ainda é muito distante da prioridade que precisa ser atendida”. O senador criticou a demora do governo em adotar a primeira ação, um ano e quatro meses após a sanção da lei que autoriza a União a contribuir com programas de renda mínima.

Segundo Suplicy, o ministro afirmou, em encontro recente, que o programa será acompanhado de grande campanha publicitária para que todos os outros municípios brasileiros tomem conhecimento de sua existência. O senador, no

entanto, manifestou em seu discurso a preocupação de que o programa acabe por gastar mais em publicidade do que em benefícios à população. Lembrou que programa federal de combate ao trabalho infantil gastou em propaganda um terço de sua verba total, também de R\$ 15 milhões.

No programa do governo serão beneficiadas 36,7 mil famílias, com 72 mil dependentes, segundo Suplicy. Ele informou que cada família receberá em média R\$ 41,88, quantia que, na sua opinião, é “extremamente modesta”. A maior remuneração média mensal, de R\$ 87,04, será paga a 264 famílias de Itaboraí (RJ). A menor média, de R\$ 15,45 por mês, será destinada a 157 famílias de Ouro Verde (SP).

Os estados de Alagoas, Amapá, Pará, Tocantins, Rondônia e Roraima e o Distrito Federal não foram incluídos no convênio. Os estados do Acre, Amazonas, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco e Rio Grande do Norte tiveram apenas um município beneficiado pelo programa; Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraná e Rio Grande do Sul, dois municípios cada um. Sergipe teve quatro municípios en-

globados pelo convênio; Paraíba, cinco; Maranhão, seis; Santa Catarina, oito; Rio de Janeiro, 13; São Paulo, 15; Bahia e Minas Gerais, 19 municípios cada um.

Suplicy destacou que o governador do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, pretende implantar um programa de renda mínima em todo o estado. Também ressaltou que o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, tem a intenção de fazer o mesmo na capital paulista.

O discurso de Suplicy teve três apartes. O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que o projeto é uma “simbologia que aponta para uma sociedade que seja o tanto quanto possível mais justa”. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) disse que o convênio é um primeiro passo, “mas uma iniciativa pouco abrangente”. Heloísa Helena (PT-AL) questionou se o comparecimento de Suplicy à solenidade de assinatura dos convênios não possibilitaria ao governo federal utilizar sua imagem na propaganda oficial do projeto, como tem sido feito com o governador do Acre, Jorge Viana, na campanha do Banco da Terra.

AMEAÇA

Em comunicação de liderança incorporada ao final de seu discurso, Suplicy lamentou que o poeta amazonense Thiago de Mello esteja sendo ameaçado de morte pelas denúncias que fez das atividades ilegais no Brasil da madeireira holandesa Ecobrasil Holanda-Andirá.



Luiz Otávio lembrou que milhares de toneladas de produtos passam pela Transamazônica

Luiz Otávio comentou ainda o noticiário veiculado pela imprensa sobre produtos transformados geneticamente ou transgênicos, como uma plantação de soja no Rio Grande do Sul, e manifestou preocupação com esses produtos, que são, segundo ele, nocivos à agricultura.

Heloísa acusa governo de ser insensível à miséria

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) acusou o governo federal de ser insensível à miséria por se manter indiferente à difícil situação do estado de Alagoas. Sem água, com 60 municípios com situação de calamidade pública declarada por seus prefeitos, Alagoas ainda foi diretamente prejudicada pelo corte de 40% nos recursos previstos para abastecimento de água e irrigação na Lei Orçamentária para 1999, afirmou.

Enquanto alguns estados nordestinos tiveram as previsões de chuvas confirmadas, Alagoas e Sergipe, conforme o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), ainda deverão penar pelo menos mais 60 dias sem chuva, segundo a senadora.

Diante dessa situação, o governo federal concede o que Heloísa Helena chamou de “migalhas”: cestas básicas, frentes de trabalho



Heloísa Helena: programa de renda mínima exclui municípios de Alagoas

emergenciais e caminhões-pipa. No caso das frentes, só na semana passada foram feitos os pagamentos de atrasados, “tudo sob grande foguetório de propaganda”, como registrou a senadora.

O fato de oito das 15 cidades brasileiras com os piores índices de miserabilidade serem alagoanas também não sensibiliza o governo federal, na

opinião de Heloísa Helena, já que este se recusa a negociar a redução dos 13% das receitas estaduais e municipais consumidos no pagamento da dívida pública.

Outro indicador das dificuldades alagoanas, acrescentou a senadora, pode ser verificado no programa do governo federal de renda mínima, cujos primeiros convênios começaram a ser assinados na semana passada:

– Alagoas não tem nenhum município no programa, pois este exige a contrapartida municipal de 50% – lamentou.

Bezerra reivindica verba para universidade de Mato Grosso

Ao manifestar preocupação com o que considera processo de sucateamento das universidades federais, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) destacou o caso da Universidade Federal de Mato Grosso que, segundo ele, “reflete bem esse quadro inaceitável”, uma vez que a instituição corre o risco de suspender o semestre letivo por falta de condições materiais para o prosseguimento de suas atividades.

Carlos Bezerra disse que a solução para evitar o desmantelamento da UFMT é simples, bastando o governo federal alocar os recursos devidos para a manutenção da universidade. “Os recursos, subdimensionados desde o momento da elaboração da proposta orçamentária, simplesmente não aparecem e, quando vêm, o volume repassado ainda é menor.”

Na sua avaliação, gastos rigorosamente corriqueiros, como os que envolvem o pagamento de água, luz, telefone e material de higiene deixam de ser feitos, inviabilizando par-



Carlos Bezerra condena o sucateamento das universidades federais e pede providências

cial ou totalmente o trabalho de docentes, funcionários e alunos. O senador disse que a UFMT é um dos maiores patrimônios do povo mato-grossense e frisou que não aceitará “o flagelo de sua destruição”.

Carlos Bezerra informou que a Universidade Federal de Mato Grosso, em virtude da compressão de recursos por parte da União, acumula um débito da ordem de R\$ 3 milhões, referentes ao exercício de 1998.

Luiz Otávio pede recuperação da rodovia Transamazônica

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) pediu providências ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para melhorar a situação da rodovia Transamazônica. Em discurso no plenário, na sexta-feira, o senador disse que a rodovia está sem condições de tráfego, o que vem prejudicando o escoamento de toda a produção agrícola da região, a ponto de ter provocado a decretação de estado de calamidade pública, por parte dos prefeitos dos municípios vizinhos.

– São necessários recursos para a região. Espero que o ministro possa,

independentemente de partido político, dar uma solução imediata para a rodovia, que é muito importante para a Amazônia, porque por lá passam milhares de toneladas de produção agrícola – disse.

Em aparte, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) sugeriu a Luiz Otávio que os prefeitos da região viajem a Brasília para uma audiência com Eliseu Padilha. O senador paraense aceitou a sugestão e disse que a reunião dos prefeitos deverá ser coordenada pelo prefeito de Marabá, Geraldo Veloso.